

9m
5/10/99 A.G
121

Estudo avalia oportunidades na Amazônia

Pelos planos do governo federal, a região deverá se concentrar na industrialização de produtos nativos

Regina Scharf
de São Paulo

Menos monocultura, mais pirarucu. A Amazônia dos sonhos do governo federal será mais rural, concentrada na industrialização de produtos exclusivos da região e disposta a conquistar novos mercados. Esse retrato emerge do estudo "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento", principal inspiração do Plano Plurianual 2000-2003 (PPA), encaminhado há um mês pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso.

Produto de 16 meses de trabalho e de uma maratona de 27 seminários estaduais, o estudo foi elaborado pelo Consórcio Brasileira, contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Liderado pelo ABN Amro Bank, dentre outros, o consórcio foi encarregado de identificar oportunidades de investimentos públicos e privados em todo o País, para os próximos oito anos. Baseou-se em dados de universidades e centros de pesquisa, organizações de governo ou não, cruzando dados tão díspares quanto a navegabilidade dos rios, a produção agrícola ou a existência de cursos profissionalizantes.

Dos nove eixos nacionais definidos pelo Consórcio, dois englobam quase toda a Amazônia: Arco Norte (Roraima e Amapá) e Madeira-Amazônias (Amazônias, Pará, Acre e parte de Rondônia). Dos R\$ 317 bilhões que ele recomenda que sejam investidos em todo o País, nos próximos oito anos, R\$ 24,1 bilhões devem ir para os dois eixos, que juntos representam 3,9% do Produto Interno Bruto nacional. Desse total, R\$ 24,1 bilhões vão para projetos de infra-estrutura, R\$ 8,6 bilhões para o desenvolvimento social, R\$ 1,4 bilhão para meio ambiente e R\$ 0,1 bilhão para informação e conhecimento.

Essa parte do estudo foi chefiada por Pedro Bara Neto, coordenador de Desenvolvimento Institucional da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas (Atech), uma das coordenadoras do Projeto Sivam. "A Amazônia precisa de conhecimento, não de infra-estrutura", diz Bara, um

engenheiro egresso da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Tal conhecimento, estocado mas nem sempre socializado pelos centros de pesquisa amazônicos, permitiria desenvolver os pontos fortes da floresta: o ecoturismo, a piscicultura, o plantio de dendê, o manejo florestal. Em menor escala, o cultivo ou manejo de frutas e essências locais, como o guaraná ou a mandioca.

Esses produtos podem abastecer os países andinos, além do mercado europeu, via Hidrovia do Madeira e porto de Roterdã, ou via BR-156, até a Guiana Francesa e o Caribe.

Segundo o Ministério do Planejamento, o trabalho do Consórcio Brasileira não foi o único mas é o principal inspirador do PPA. "No geral, a produção tem que ser diversificada e em pequenas quantidades, porque a grande escala significa a derrubada da floresta", diz José Manoel Baltar, coordenador da Secretaria de Planejamento e Avaliação do ministério, afinado com o levantamento do Consórcio Brasileira, que ele acompanhou de perto.

O estudo, porém, também mereceu críticas. "Não se pode pensar na

Amazônia como uma prateleira de supermercado, onde tudo o que está exposto está à venda", analisa Márcio Santilli, coordenador do Instituto Socioambiental, ONG com um escritório em São Gabriel da Cachoeira (AM), e ex-presidente da Funai.

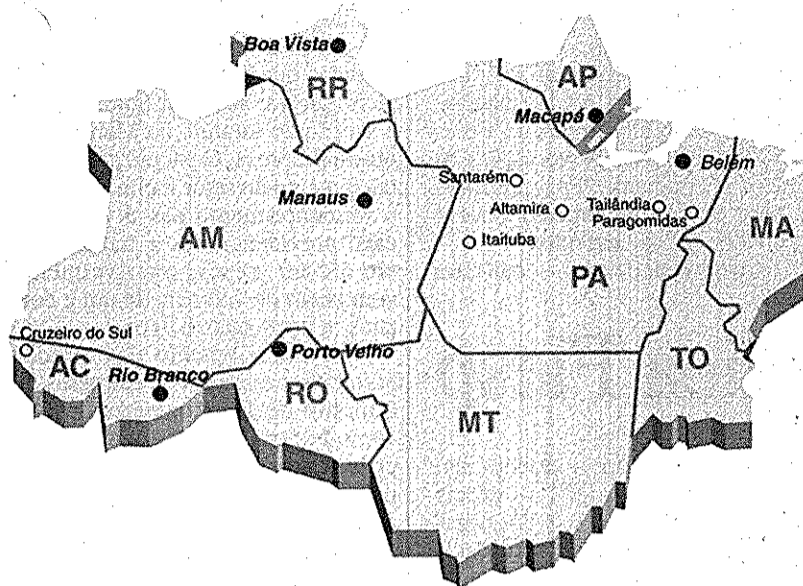
Nesse sentido, o caminho a trilhar promete ser mais longo que o Amazonas. "O desenvolvimento sustentável é, de fato, o ideal para a região — mas hoje ele só existe na teoria, porque faltam as técnicas necessárias", diz Eduardo Morales, chefe-geral da Embrapa Amazônia Ocidental. "Precisamos de tecnologias avalizadas, aceitas pelas instituições financeiras".

Um bom exemplo disso é o cultivo de frutos como o bacuri ou o açaí. "A maioria das frutas amazônicas vai precisar de pelo menos 15 ou 20 anos de melhoramentos genéticos para produzir realmente bem", diz o pesquisador. Isso porque, plantadas em escala, estão sujeitas a pragas que não atacam na mata. "O cupuaçu está um pouco melhor, precisa só de mais cinco anos".

Por projetos "estruturantes" entende-se aqueles capazes de promover o crescimento da economia, articular os eixos de desenvolvimento e alavancar novos investimentos. Eles coincidem, em grande medida, com os projetos do programa Brasil em Ação e parte dos itens do recém-lançado Avança Brasil.

"Esta avaliação é baseada tanto nas necessidades do País como nos recursos disponíveis", diz José Manoel Baltar, coordenador da Secretaria de Planejamento e Avaliação do ministério. O consórcio avaliou, por exemplo, quanto seria necessário para que todos os brasileiros até 24 anos tivessem acesso ao ensino básico ou para suprir a demanda de energia ou de residências.

Segundo Baltar, o setor público será responsável por 40% dos gastos com transportes, energia e informação. Na área das telecomunicações, os investimentos seriam exclusivamente do setor privado.



Bara conta que a Nestlé vem tentando, sem sucesso, lançar um iogurte sabor cupuaçu. Teria encontrado dificuldades em garantir oferta constante do produto. A empresa nega a história, mas atesta que tem feito ensaios de produtos com novas frutas. "Hoje, o cultivo de frutas seria viável se associado à recuperação de áreas degradadas ou ao sequestro de gás carbônico, para combater o aquecimento global, com recursos dos países ricos", diz.

Santilli, do Instituto Socioambiental, sugere que o governo induza uma abertura do mercado para os produtos tipicamente amazônicos. "Uma comunidade isolada num igarapé não vai conseguir atingir sozinho o comprador", diz. "Tem que ter um órgão que melhore a qualidade do produto, selecione, embale".

No caso do manejo florestal, ao contrário do cultivo de frutas, a tecnologia até existe. "Já dá para produzir com a metade do que investi em Mil Madeiras, a primeira a oferecer madeira amazônica certificada", afirma Morales, da Embrapa. Entretanto, as dificuldades comerciais são muitas. "Quem quer produzir direito, investindo em manejo e

inventário florestal, não consegue competir no mercado com a madeira roubada, que não paga sequer imposto", diz Santilli. Para ele, o governo federal deveria promover o manejo das reservas contidas nas Florestas Nacionais, para induzir esse mercado.

Os especialistas também põem fé no plantio de dendê. Embora a maioria dos produtores consiga no máximo 2 toneladas de óleo por hectare, a Agropalma, maior produtora nacional, já alcança 4 t/ha em suas plantações paraenses. Agora, a Embrapa está desenvolvendo uma variedade que chega a 6 t/ha.

Morales calcula que uma família com mais dois agregados poderia tirar R\$ 2 mil mensais de uma gleba entre 10 e 20 hectares de dendê, atendendo um mercado em expansão. Apesar de tais vantagens, o Brasil continua a importar óleo de palma da Malásia.

Outra área promissora é a piscicultura. "Estudos mostram que o pirarucu produz dez vezes mais proteína por hectare que a soja", lembra Bara, da Atech. Morales diz que, perto de Manaus, alguns empresários estão conseguindo tirar até 17 t

de peixe por hectare, quase três vezes o mínimo recomendado.

Por fim, Bara aposta no Ecoturismo, sobretudo nos "hotéis de selva" — desde que não sigam o modelo dos projetos de Porto Seguro, com 300 quartos. Mas as chances desse setor não devem ser superestimadas. "Quem chega a Manaus vê igarapés cheios de esgoto, tem dificuldade para usar cartão de crédito e não encontra quem fale inglês", lembra Márcio Santilli. "Nenhum programa dará certo se não houver investimento nas pessoas".

No estudo, a exploração mineral tem pouco destaque. Bara explica que a queda das cotações no setor desestimula investimentos. "Mesmo assim, seria bom apostar em pesquisa mineral, para conhecer o que a região dispõe", sugere Santilli.

Em paralelo, mesmo apreçoando as vantagens da diversidade, o governo continua a apostar nas commodities. "Gado e soja não podem avançar pela floresta jamais — a não ser numa área já degradada", diz Baltar. Mas áreas degradadas não são tão poucas. Pelas contas do governo, pelo menos 20 milhões de hectares de antigas pastagens na Amazônia poderiam desenvolver a pecuária de leite e carne.

Para Morales, da Embrapa, a produção de commodities na fronteira ao sul da Amazônia é preocupante porque abusa de insumos e pesticidas num área especialmente frágil. Para Santilli, a soja realmente representa um grande risco ambiental e exigiria um maior esforço de planejamento antes de sua expansão. "Teriam que ser tomadas precauções para evitar que ela promovesse a erosão e derrubada de matas ciliares, e para garantir manchas de vegetação nativa", afirma Baltar, do Ministério do Planejamento, admite que monoculturas são perigosas. "Ideal mesmo, para o cerrado, seria buscar alternativas que empregassem mais gente, como a fruticultura e a cafeicultura", diz.

Os negócios da floresta

| Centro regional | Atividades dominantes hoje | Atividades projetadas para o futuro |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Boa Vista | Setor público, arroz, soja, madeira | Agroindústria, manejo florestal, ecoturismo, fibras e flores, grãos, aquíicultura, arte e decoração |
| Alto Rio Negro | Ecoturismo, setor público, pesca ornamental, frutas | Ecoturismo, pesca ornamental, arte e decoração, fibras e flores, óleos, aromas e essências |
| Alto Solimões | Setor público, pesca | Pesca, agricultura, farinha, rações, arte e decorações |
| Tefé-Coari | Petróleo, pesca, extrativismo | Gás, pesca esportiva, óleos, aromas e essências |
| Manaus | ZFM, madeira, frutas, turismo, fibras, refinaria, pesca comercial | Ecoturismo, fibras, polpas, sucos, refrigerantes, madeira, pesca industrial, cana, cosméticos, biotecnologia |
| Cruzeiro do Sul | Setor público, pesca, pecuária, fumo, farinha | Aquíicultura, agropecuária, arte e decoração, óleos, aromas e essências |
| Rio Branco | Madeira, extrativismo, agropecuária, setor público | Óleos, aquíicultura, agroindústria, couro, farinha, rações |
| Porto Velho | Madeira, pecuária, café, milho, frutas, grãos | Ecoturismo, agroindústria, arte indígena, aquíicultura, polpas e sucos, óleos, aromas e essências, fitofármacos, manejo florestal |
| Santarém | Grãos, frutas, madeira, especiarias | Madeira e móveis, cimento, calcário, polpas e sucos, arroz, feijão, milho |
| Altamira/Itaituba | Café, cana, arroz, cacau, madeira | Agropecuária diversificada, madeira, pedras e jóias |
| Tailândia | Madeira, pecuária, dendê, arroz, especiarias, frutas | Óleos comestíveis, pecuária, corantes e pigmentos, arroz, feijão, milho |
| Paragominas | Madeira, pecuária, frutas, especiarias | Frutas tradicionais, óleos, aromas e essências, agribusiness, farinha, rações |
| Bragantina | Fumo, feijão, frutas, turismo | Ecoturismo, frutas, recuperação de áreas degradadas, arroz, feijão, milho |
| Belém | Madeira, pesca, frutas, turismo, alumínio, dendê, açaí, caulim, naval | Madeira e móveis, corantes e pigmentos, pesca, frutas, ecoturismo, cadeia do alumínio, óleos, aromas e essências, cosméticos |
| Macapá | Madeira, papel, pesca, castanha-do-brasil, caulim, dendê, açaí | Polpas, sucos, óleos, aromas e essências, fitofármacos, manejo florestal, cosméticos, corantes e pigmentos, pesca, ecoturismo |
| Amapá | Pesca | Pesca, manejo florestal |

Investimento pode fazer PIB aumentar 0,45%

Pelas projeções do Consórcio Brasileira, se forem investidos R\$ 317 bilhões em obras "estruturantes" ao longo dos próximos oito anos, o País poderá aumentar em 0,45% a taxa anual de crescimento do PIB. Assim, se a conjuntura permitir aumento de 4% ao ano, o crescimento final chegaria a 4,45%.

Em alguns eixos, como o do rio Araguaia-Tocantins, o crescimento poderia ser ainda maior, de quase 1,1% acima da taxa anual de crescimento do PIB. Já no eixo Sudeste, onde as fronteiras econômicas chegaram ao limite, o crescimento extra seria de cerca de 0,3%.

Pelas projeções do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, inspirado no trabalho do consórcio, os R\$ 317 bilhões deverão ser distribuídos da seguinte forma: R\$ 186,1 bilhões para infra-estrutura, R\$ 112,8 bilhões para desenvolvimento social, R\$ 15,7 bilhões para meio ambiente e R\$ 2,4 bilhões para informação e conhecimento.